



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten signature and initials)

ATA Nº 19/2013

**ATA DA 1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO
QUADRIÊNIO DE 2013-2017
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS**

Aos **catorze dias do mês de Novembro do ano dois mil e treze** pelas vinte horas reuniu a **Assembleia Municipal de Odivelas**, em **1ª Sessão Extraordinária do Quadriénio de 2013-2017**, no **Salão Nobre dos Paços do Concelho**, sito na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, em Odivelas, sob a Presidência de Miguel Filipe Pardal Cabrita, como Presidente, Alcina Trindade e Deolinda Martins, como 1ª e 2ª Secretárias, respectivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

II – ORDEM DO DIA-----

III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Ponto 1 - Proposta de Atribuição de Condecorações Municipais - Medalhas de Honra do Município.-----

Ponto 2 - Proposta de Desafetação do Domínio Público para o Domínio Privado do Município de Odivelas de uma parcela de terreno com a área de 1400 m2 - Alvará de Loteamento n.º 1/2001.---

Ponto 3 - Proposta de Fixação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis respeitantes ao ano de 2013 a liquidar em 2014. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

P
Q
R

Ponto 4 - Proposta de Fixação da Taxa de Derrama em 2013 a aplicar em 2014. -----

Ponto 5 - Proposta de Fixação da Participação Variável no IRS em 2013 a liquidar em 2014. -----

Ponto 6 - Proposta de Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) – 2014. -----

Ponto 7 - Designação do Fiscal Único - Sociedade Oliveira, Reis & Associados - SROC, Lda. da Municípalia - Gestão de Equipamentos e Património do Município de Odivelas, EM -----

III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

O Senhor Presidente da Assembleia deu posse aos Srs. Deputados Municipais Edgar Francisco Dias Valles, Alcina dos Prazeres Lourenço Gomes Trindade, Pedro Afonso Gonçalves e Carlos Manuel Barreto, da bancada do PS, Maria Fernanda Fitas Cordeiro Henriques Tomás, da bancada do PSD e Maria Sara Algodres Simões, da bancada do BE-----

Nos termos legais aplicáveis, realizaram-se as seguintes substituições: -----

Na bancada do **PS**, o Membro da Assembleia Municipal, **António Fonseca**, pelo Membro **Alcina Trindade**;

Na bancada do **PS**, o Membro da Assembleia Municipal, **Rui Miguel Cabral**, pelo Membro **Pedro Afonso Gonçalves**.-----

Na bancada do **PS**, o Membro da Assembleia Municipal, **Domingos Tomé**, pelo Membro **Carlos Barreto**.---

Na bancada do **BE** o Membro da Assembleia Municipal **João Curvêlo**, pelo Membro **Maria Sara Simões** --



Assembleia Municipal de Odivelas

P
Q
D.

Distribuída a folha de presenças aos Membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença dos **35** Membros da Assembleia Municipal, tendo-se registado as ausências de **António Pedro Soares Caetano**, pela bancada da **CDU** e **Maria Isabel Neto**, pela bancada **Odivelas Merece Mais**-----

A Câmara Municipal fez-se representar na Assembleia Municipal, nos termos legalmente aplicáveis, tendo estado presente a Senhora Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Susana Amador e 9 Vereadores que compõem o executivo camarário, tendo-se registado as ausências dos Senhores Vereadores Carlos Bodião e Sandra Pereira da bancada do PSD, Hugo Martins, Edgar Valles, Fernanda Franchi e Paulo César da bancada do PS, Fernanda Mateus, Maria do Luz Nogueira e Rui Francisco da bancada da CDU. -----

Havendo quórum, o **Senhor Presidente** deu início ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

O **Senhor Presidente** propôs que se desse início ao **Período das Intervenções Políticas de Interesse Relevante**, tendo usado da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal:-----

José Carlos Pires, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

“É do domínio público, que a Municipália E.M. está em situação económico-financeira difícil. -----

É conhecida a posição da CDU, quanto à existência desta empresa, e a forma como ela deveria funcionar, mas os anos passam e as medidas que se têm tomado para a sua salvaguarda de existência, resultam sempre, em prejuízos atrás de prejuízos. -----

A Empresa não tem conseguido fazer a sua recuperação, por absoluta falta de objetividade na sua gestão e por teimosia ou autismo político, por parte da maioria (PS/PSD), que teimosamente se mantêm surdos, aos alertas que lhes são dirigidos. -----

A Municipália não consegue cumprir os critérios exigíveis pela Lei. É tempo de também esta Assembleia, começar a refletir sobre o futuro da nossa única empresa municipal e tomar posição sobre a sua viabilidade económico-financeira; -----

Como se consegue justificar o seu peso no orçamento municipal, (em perto de um milhão de euros) a obrigatoriedade ainda de continuamente se estarem a cobrir os resultados negativos dos exercícios? -----

A Assembleia Municipal tem o direito e a obrigação de se manter devidamente informada e participar também nos projetos e planos de reorganização e viabilização que a Câmara diz estar a realizar. -----

Neste sentido gostaríamos de saber: -----

1. *Que projetos de viabilização existem e de que forma se vão processar? -----*

2. *O que vai acontecer ao Pavilhão Multiusos? -----*



Assembleia Municipal de Odivelas

P
Q
D.

3. O que vai acontecer ao Centro Cultural da Malaposta? -----

4. O que vai acontecer ao complexo das Piscinas Municipais? -----

5. E o mais sério de tudo isto, o que estão a pensar fazer com os trabalhadores destes equipamentos? -----

6. Qual é o seu futuro? -----

A estas questões gostaríamos de ter repostas sérias e esclarecedoras." -----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção, que será transcrita em ata. -----

"No final de 2010, os desequilíbrios da economia portuguesa eram de grande dimensão. -----

Os défices orçamentais e os défices externos sucediam-se ano após ano, pressionando cada vez mais a dívida pública e a dívida externa. -----

Os bancos exigiam um apoio adicional para salvaguardar os depositantes e os investidores. -----

Após uma década de crescimento anémico, era evidente que a economia exigia bases estruturais mais sólidas. -----

Em paralelo, os credores tinham cada vez mais dúvidas da nossa capacidade de pagar a dívida e os custos de financiamento no mercado eram cada vez mais elevados. -----

Portugal esteve, de facto, perto de uma situação da bancarrota. -----

Isto é, o Estado esteve prestes a ficar sem dinheiro para pagar salários e pensões, e para assegurar despesas essenciais ao nível da Saúde, da Educação e da Segurança. -----

O Programa de Ajustamento (Pacto de Agressão, segundo a versão do PCP) evitou esta situação extrema, concedendo empréstimos oficiais para compensar o financiamento que não conseguíamos obter nos mercados. -----

O Programa de Ajustamento concedeu-nos ainda outro ativo precioso – tempo. -----

Tempo para lançar um ajustamento que fora sempre adiado. -----

Tempo para corrigir os desequilíbrios da economia. -----

Tempo para criar as bases para um futuro melhor. -----

O Programa evitou, assim, uma rutura de pagamentos e um ajustamento ainda mais doloroso. -----

Para continuarmos a receber dinheiro e a beneficiar de mais tempo, teríamos de mostrar que estávamos a Cumprir. -----

Não só porque o recebimento das tranches de financiamento oficial dependia de determinadas condições, mas sobretudo porque era necessário avançar rapidamente no ajustamento da economia. -----

O cumprimento do Programa permitiu alcançar importantes progressos nas suas várias dimensões. -----

Reduziu-se o défice orçamental primário – ou seja, excluindo o efeito dos juros – em mais de 5 pontos percentuais. -----

Corrigiu-se o saldo da Balança Corrente em mais de 10 pontos percentuais. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten signature)

Garantiu-se que os bancos estão devidamente capitalizados. -----

No segundo trimestre de 2013, o Produto Interno Bruto cresceu 1,1% após dez trimestres consecutivos de queda. Estamos de facto mais perto dos objetivos. -----

A conclusão do Programa depende, em primeira linha, do cumprimento dos limites para o défice orçamental. As rubricas de consumos intermédios e despesa com capital, porém, representam apenas 13% do total da despesa pública em 2013. -----

E reduções adicionais e substanciais nestas despesas podem pôr em causa o funcionamento dos serviços essenciais às populações ou o próprio nível de serviço público. -----

Neste quadro, para diminuirmos a despesa pública para um nível que o Estado pode sustentar – e para um nível que os Portugueses podem suportar em termos de carga fiscal – a redução terá inevitavelmente e dolorosamente de se estender às áreas de prestações sociais e despesas com pessoal. -----

Estas duas áreas em conjunto perfazem 70% da despesa pública total. -----

A Proposta de Orçamento do Estado para 2014 é muito dura para com os funcionários públicos e os pensionistas, disso não temos dúvidas. -----

E mais, fazendo minhas as palavras de alguns deputados do PSD na Assembleia da República – Não se enquadra na nossa matriz Social-Democrata. -----

Mas o Orçamento do Estado para 2014 é um Orçamento decisivo. -----

Não só por ser o último que se prepara no quadro do Programa, mas por abrir caminho a uma nova fase no ajustamento. -----

Mesmo após Junho de 2014, teremos de continuar a respeitar as obrigações que assumimos a nível europeu, quer no âmbito do Pacto de Estabilidade e Crescimento, quer no âmbito do Pacto Orçamental, já transposto para a Lei de Enquadramento Orçamental. -----

Temos de ter presente que, no contexto da crise da área do euro, as regras de disciplina orçamental foram reforçadas e já não se restringem aos limites máximos de 3% do PIB para o défice orçamental e de 60% do PIB para a dívida pública. -----

No novo enquadramento legal, a situação orçamental das Administrações Públicas deverá ser equilibrada ou excedentária. -----

Desta forma, Portugal terá de concretizar o ajustamento necessário para atingir este objetivo, bem como criar os mecanismos necessários para o manter. -----

O equilíbrio orçamental assume-se assim como imperativo pelos compromissos europeus e pela sua relevância para a soberania do País. -----

O equilíbrio orçamental e a redução efetiva dos níveis de dívida são fatores determinantes para assegurar a sustentabilidade das finanças públicas e condição necessária para encerrar o período de crise que vivemos e para garantir que não será repetido.” -----



Assembleia Municipal de Odivelas

P
Q
D.

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia**, foi colocada à votação a discussão do documento acima apresentado tendo sido **Aprovado por Unanimidade**. -----

Pela bancada do **PS** foram apresentadas duas **Moções**: -----

Moção Nº 1 "Pela Manutenção do Instituto de Odivelas" -----

Moção Nº 2 "Pela Manutenção do regimento de Engenharia nº 1 na Pontinha" - que seguidamente se transcreve.-----

Moção Nº 1 - Pela Manutenção do Instituto de Odivelas -----

"O Instituto de Odivelas é uma instituição secular, constituindo uma referência ao panorama educativo nacional. -----

Como bem salientou o Sr. Presidente da República em Janeiro de 2010, por ocasião do 110º aniversário da Instituição, "o Instituto de Odivelas é uma instituição de elevada credibilidade, que interessa a Portugal acarinhá-la e incentivar, e da qual têm saído mulheres que têm prestado relevantes serviços ao País nas diversas áreas da cultura, das artes e das ciências". -----

Na mesma mensagem, o Sr. Presidente fez "votos" para que continue a preservar e honrar a sua história, as suas tradições e princípios". -----

Todavia, em vez da continuação e preservação desejada pelo Sr. Presidente da República, e sem que tivesse sido ponderada devidamente a importância do Instituto de Odivelas, o ministério da Defesa Nacional optou pelo seu encerramento. -----

A Assembleia Municipal de Odivelas, reunida na sessão de 14 de Novembro de 2013, deliberou. -----

1 Reclamar do governo a manutenção do Instituto de Odivelas, revogando-se, deste modo, a decisão do seu encerramento, segundo o despacho nº 4785 de 2013, de 25 de Março, do Ministro da Defesa Nacional;

2. Manifestar toda a solidariedade às alunas, pais, encarregados de educação e direção do Instituto de Odivelas no seu combate pela manutenção da instituição; -----

3. Reiterar a firme vontade de continuar a pugnar pela continuidade de tão importante estabelecimento educativo. -----

Usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal".-----

Moção Nº 2 Pela Manutenção do regimento de Engenharia nº 1 na Pontinha" -----



Assembleia Municipal de Odivelas

P
Q
D.

"Considerando que: -----
O regimento de Engenharia nº 1 representa uma instituição militar da maior importância para a comunidade onde se insere, enaltecendo as fortes ligações que ao longo do tempo estabeleceu com as autarquias num exemplo de abertura e salutar relacionamento das instituições militares com a sociedade civil, na procura da melhoria das condições de vida e bem estar das populações; -----

A relevância histórico-cultural do património material e imaterial do RE1 e do Núcleo Museológico do Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas ali instalado desde 2001, e o contributo prestado na divulgação e na perpetuação da memória da democracia portuguesa e da História desta instituição militar e dos acontecimentos que marcaram o 25 de Abril de 1974; -----

O Regimento de Engenharia nº 1, com os seus meios, capacidade operacional e competência técnica, são de extrema importância para a Proteção Civil no concelho de Odivelas, de Lisboa e para toda a Área Metropolitana de Lisboa, no socorro das populações em caso de calamidade. -----

Através de uma Comissão Governamental se pretende efetivar a transferência do Regimento de Engenharia nº 1, para o Polígono Militar de Tancos, em Vila Nova da Barquinha. -----

A Assembleia Municipal de Odivelas, na reunião extraordinária realizada em 14 de Novembro de 2013, delibera: -----

1. Reafirmar o valor do Regimento de Engenharia nº 1, enquanto parte importante da identidade passada, presente e futura do concelho de Odivelas. -----
2. Reconhecer o papel histórico-cultural do Regimento de Engenharia nº 1 e Núcleo Museológico do Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas, na perpetuação da memória do 25 de Abril. -----
3. Exigir do Governo a manutenção do Regimento de Engenharia nº 1 no Quartel da Pontinha, enquanto agente fundamental para a salvaguarda das populações e para a Proteção Civil na Área Metropolitana de Lisboa." -----

Eduarda Barros, pela bancada do **PS** proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

"Hoje é um dia de festa da democracia, começa a primeira assembleia, é como se fosse um recomeçar de novo. -----

Gostaria de realçar uma frase do Deputado Luís Salmonete "estivemos perto da banca rota" o pior é definir o perto sabe que o paradoxo do zenão e a tartaruga, o zenão nunca consegue apanhar a tartaruga, a história é que vai dizer o que é perto." -----



Assembleia Municipal de Odivelas

P
G
D.

José Falcão, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

"As atas foram votadas sem os deputados terem a mínima noção do que estavam a fazer. Não podemos aceitar que sejam votados pacotes de atas e esperamos que neste mandato o mesmo não aconteça. -----

Um serviço público de educação é um pilar central de uma sociedade democrática e socialmente mais justa. O executivo da Câmara Municipal de Odivelas não se poupa a esforços para propagandear a aposta na educação no concelho. Contudo, há muitos espinhos nesta rosa. -----

De acordo com a Lei, a frequência do jardim-de-infância da rede pública (JIRP), a partir dos três anos, é um direito, apesar disso, a oferta de salas de jardim-de-infância na rede pública de educação do concelho, não responde às necessidades das crianças do município. -----

Em carta enviada à Presidente da CMO, com o conhecimento de todas as forças políticas, uma cidadã da freguesia de Odivelas denuncia a incapacidade de resposta do serviço público de educação, para o seu filho de três anos e meio. -----

Pese embora toda a propaganda do executivo ao alegado sucesso das suas políticas na área da educação, parece que as e os cidadãos não encontram resposta no serviço público de educação, tendo que recorrer a privados, com os custos daí inerentes. -----

Face ao exposto, e ao abrigo do Regimento desta Assembleia Municipal, vem o Bloco de Esquerda requerer ao executivo da Câmara Municipal de Odivelas que: -----

- 1. Indique quantas salas JIRP existem na freguesia de Odivelas, e nas restantes freguesias, e a quantas vagas correspondem essas salas; -----*
- 2. Informe sobre a existência de listas de espera para entrada nas salas de JIRP, no ano letivo 2013/14, quantificando essa informação;" -----*

Lúcia Lemos pela bancada da **CDU**, fez um ponto de ordem à mesa que seguidamente se transcreve. -----

"Há uma nova Assembleia e uma nova composição deste órgão e gostaria de saber com que tempos estamos a trabalhar hoje, que eu saiba o Regimento não foi alterado, mas, a Assembleia sim, porque passou de quarenta elementos para trinta e sete. É importante que V. Exa. diga quais os tempos de cada bancada para sabermos com que linhas nos cosemos até porque queremos intervir, queremos discutir, e não queremos ficar sem pio, porque se formos a ver com os tempos que estão em vigor, certamente vai-nos tirar o pio e não podemos falar. -----

Em relação às atas, também gostaríamos de dizer que as mesmas não deviam transitar de uns anos para os outros. -----

As intervenções da CDU são sempre para transcrever em ata. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

C
g
D.

Em relação ao edital digital gostaríamos de saber porque não consta a ordem de trabalhos, e nesta era digital era de bom tom que a ordem de trabalhos constasse do mesmo. -----

Gostaríamos também de perguntar quais são as condições de trabalho durante os próximos quatro anos, existem salas de trabalho para os membros da assembleia, os prometidos computadores há oito anos, delinear as regras no início é termos quatro anos de profícuo trabalho, sem qualquer anemia Sr. Deputado Luís Salmonete, espere e verá.” -----

Edgar Valles pela bancada do **PS** proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

“Queria pedir à mesa que atente no que é um ponto de ordem. Um ponto de ordem à mesa é apenas uma chamada de atenção à mesa sobre a condução dos trabalhos e apenas isso”. -----

Armindo Fernandes, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: ----

“Ao iniciar um novo mandato autárquico, a CDU manifesta público interesse em contribuir para a elevação da qualidade de vida da população do concelho de Odivelas. -----

Novamente, e neste Órgão, afirmamos que não faremos oposição por oposição, antes, procuraremos que os eleitos das restantes forças políticas compreendam e aceitem como boas as nossas propostas programáticas para Odivelas. -----

Nesse sentido e na sequência da minha afirmação, produzida na primeira reunião deste órgão, reafirmada pelos meus camaradas vereadores, em reunião de Câmara, venho apresentar a esta Assembleia, a posição da CDU, sobre uma questão tão importante como é a pretensão do PS e PSD de entregar a privados o abastecimento da água, saneamento básico e resíduos sólidos. -----

Porque alguém já invocou o facto de o PS, ao ter ganho a maioria absoluta para a CM, estar legitimado para prosseguir com este processo, nós respondemos não, porque este assunto não foi proposta eleitoral do PS, para o presente mandato. -----

Concluimos, pois, que a decisão de concessionar ou privatizar a água não está inscrita no programa eleitoral do Partido Socialista, pelo que não poderá ser invocado o argumento de estar legitimado para fazer avançar esta questão. -----

O PS bem sabe que a sua decisão de concessionar o abastecimento de água e dos resíduos sólidos urbanos significa na prática entregar estes serviços públicos a empresas privadas. Neste caso, a entrega iria até 2042, período durante o qual essas empresas explorariam este bem essencial à nossa vida coletiva. A concessão é uma alienação de direitos de propriedade e do poder de decisão público. É pois, em termos práticos uma privatização. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Handwritten signature/initials.

Naturalmente que o PS não desconhece os desfechos desastrosos que resultaram de decisões, no mesmo sentido, tomadas por diversos municípios, com retrocessos consideráveis na qualidade do serviço e com pesadas indemnizações a pagar às concessionárias. -----

Assim, a CDU recomenda à Sra. Presidente da CM, por intermédio da Mesa da Assembleia, uma urgente anulação da decisão de privatizar a água e os resíduos sólidos urbanos. -----

Não se trata apenas de apontar o dedo ao PS pelo facto de não ter colocado esta prioridade na discussão pública em tempo de eleições. -----

Nem a CDU pretende esgrimir as suas posições, estas que demos a conhecer de forma muito ampla à população de Odivelas e que fundamentam a nossa oposição à privatização deste fundamental serviço público. -----

A CDU sugere que a Presidente da CM e o PS respondam aos desenvolvimentos entretanto registados que, em nossa opinião, impõem que se retroceda nas decisões tomadas, pelo anterior Executivo Municipal. -----

Desde logo, o conteúdo do Parecer da Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos, sobre as peças do procedimento de contratação para a concessão da exploração e gestão dos sistemas de distribuição de água para consumo público e recolha de efluentes no concelho de Odivelas. Parecer este, que põe em causa e considera graves para o Município e os utentes, as principais bases do respetivo caderno de encargos. -----

As razões que fundamentaram a entrega da Petição Pública à Assembleia Municipal de Odivelas, no passado mês de Setembro, por iniciativa do Núcleo de Odivelas da Associação Água Pública, que recolheu, em curto espaço de tempo, dez mil assinaturas, entre a população do concelho. -----

Também a vitória da CDU no Município de Loures, significa que aquela CM passou a estar, sem sombra de dúvida, na primeira linha da defesa do serviço público prestado pelos SMAS aos dois concelhos. -----

Face a estes desenvolvimentos cabe agora ao PS e à CMO a responsabilidade de decidir, rapidamente, no sentido de assegurar a sua participação na gestão intermunicipal dos SMAS. -----

A CDU continuará firme na defesa da Água Pública e tudo fará para impedir este atentado contra o município e a população do concelho." -----

Pelas 21h30, os trabalhos foram interrompidos. -----

Pelas 21h50, os trabalhos foram retomados. -----

Retomada a discussão usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Handwritten signature/initials.

Presidente da União de Freguesias da Ramada e Caneças **Ilídio Ferreira**, pela bancada da **CDU**, apresentou um requerimento que seguidamente se transcreve: -----

"Á CDU assiste há vários anos à existência de um espaço na Serra da Amoreira, junto à Urbanização Jardim da Amoreira, infraestruturado, com esgotos, iluminação pública e que já teve uma vedação metálica entretanto desaparecida e não vê em todo o tempo, ter dele sido obtidos quaisquer serviços ou utilidades. No entanto circula na opinião pública que ali se gastaram cerca de 400.000 Euros. -----

Perante o exposto, requeremos que nos seja informado o seguinte: -----

- a) Porque foi este elevado montante investido neste equipamento? -----*
- b) Porque foi construído neste local, quando era sabido tratar-se de um território condicionado pelo PDM? -----*
- c) Como responde esta Câmara Municipal à população, que num momento lhe exige elevadas taxas de IMI e ao mesmo tempo ela sabe que gastou centenas de milhar de euros sem qualquer utilidade?" -----*

Carlos Lopes, pela bancada do **PS**, proferiu uma declaração política que seguidamente se transcreve: -----

"A cidade de Varsóvia acolhe entre 11 e 22 de Novembro, a 19.ª Conferência das Alterações Climáticas (COP 19). Neste encontro mundial, estão reunidos dirigentes de 194 países com o objetivo de criar consensos para a redução de emissões de gases de efeitos de estufa ao nível global e assim, criar as condições para reduzir o aquecimento global e mitigar os seus efeitos. -----

Mas, para muitos, este assunto ainda pertence ao campo da ficção! -----

As causas associadas às alterações climáticas chegam-nos diariamente pelos vários canais de comunicação e muitas vezes, através vivência direta! -----

Muitos de nós, na região onde vive, tem verificado a existência de alterações do nível das águas nas zonas balneares que frequenta. -----

Outro exemplo atual, é o furacão Yolanda, os mais fortes de sempre no planeta e que deixou um rasto de devastação nas Filipinas, ou, as sucessivas inundações em muitas cidades do continente africano, devido ao processo de urbanização ocorrido nas últimas décadas e com consequente migração de população para as principais cidades. -----

As Alterações Climáticas surgem numa correlação de factos e acontecimentos e nesse sentido, é essencial mencionar que nesta década, a população mundial ultrapassou várias barreiras. -----

Em 2013 passou a marca dos sete mil milhões de pessoas e dessas, mais de cinquenta por cento vive em cidades ou regiões metropolitanas. -----

É importante referir que o ponto de partida para esta realidade está no século XVIII, com o início da Revolução Industrial, início sem precedentes aos fluxos migratórios campo cidade. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]

Hoje, esta realidade ainda continua! -----

Com uma economia global baseada na extração (intensa) de recursos e consumo de bens, acrescido de uma dependência energética muito elevada, o Futuro, constitui-se um desafio muito sério, onde as cidades têm um papel determinante a desempenhar. -----

Os cenários traçados em Setembro pelo Painel Intergovernamental para a Alterações Climáticas (IPCC) para a região mediterrânea e em especial para a Península Ibérica, indicam um elevado aumento da temperatura até 2100 e acima da média global. -----

Os efeitos diretos destas alterações são: menos precipitação, maiores períodos de seca e fenómenos climatéricos rápidos e intensos. -----

O Poder Local tem um papel muito importante no contexto das Alterações Climáticas. -----

O seu contributo materializa-se na definição de Políticas e Estratégias de médio e longo prazo, onde a sustentabilidade deve ser um processo efetivo e operacional, contrariando assim, a utilização ornamental que continuamente tem dificultado a sua ação concreta. -----

O envolvimento de toda a Comunidade é um passo importante para o entendimento desta "questão global" onde a Instituição Pública deve desempenhar um papel agregador e de promoção de prosperidade." -----

Lídia Mateus, pela bancada da CDU, apresentou um requerimento que seguidamente se transcreve. -----

"Nos meses de Setembro e Outubro transatos, um elevado número de patos-reais apareceram mortos em várias zonas do rio da Costa e Ribeira de Odivelas, nas Freguesias de Póvoa de Santo Adrião, Olival Basto e Odivelas. -----

Nesse momento foi emitido pela Câmara um aviso à população nº 22/2013 no qual se defendia tratar-se de um surto bacteriano que afetou a população de patos quer do Concelho de Odivelas, como de Loures. ----

Os Deputados Municipais da CDU vêm requerer a V. Exa. que, com a maior brevidade possível, possa oficial no sentido de ser fornecida informação detalhada, nomeadamente proveniente do Gabinete Veterinário Municipal sobre o resultado das análises efetuadas, qual o procedimento adotado para incineração dos patos recolhidos e que tipo de vigilância/monitorização tem sido realizado no sentido de evitar situações futuras da mesma gravidade." -----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos que teve por convenientes. -----

Retomada a discussão usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----



Assembleia Municipal de Odivelas

CF
Q
D.

Luis Salmonete, pela bancada do **PSD** -----

A **Moção nº 1 "Pela Manutenção do Instituto de Odivelas"** cima referida foi colocada à votação tendo sido aprovada por maioria, com os votos a favor do **PS, PSD e CDU** e votos contra do **BE**. -----

Pelos Membros da Assembleia, **José Falcão**, pela bancada do **BE** e **Lúcia Lemos**, pela bancada da **CDU** foram apresentadas declarações de voto, que seguidamente se transcrevem -----

José Falcão – *"Enquanto houver nesta Assembleia apoio aos Institutos Militares e particulares, nós votaremos sempre contra, porque somos pelo serviço público. Eu vivi oito anos lá dentro e sei o que significam estes colégios de tortura psicológica e física e gostava que as pessoas que estão a favor destes colégios explicassem o porquê disso."* -----

Lúcia Lemos – *"A CDU não apela a uma escola que discrimine, em qualquer circunstância e que também, discrimine em função do sexo, achamos que a escola deve ser para homens e mulheres, para todas as pessoas, e não haver discriminação. Não defendemos escolas que sejam só para meninas, mesmo que sejam as de Odivelas. No entanto certo é que Odivelas teve durante muitos tempo este Instituto no seu território e é sempre apontado como uma mais valia, já anteriormente a CDU tendo como princípio uma escola para todos, também votou e apoiou que o Ministério da Defesa esclarecesse porque razão tira daqui este Instituto, esperemos que esta Moção chegue ao Governo. -----
Temos algumas questões, será que o PS."* -----

A **Moção Nº 2 "Pela Manutenção do regimento de Engenharia nº 1 na Pontinha"**, foi colocada à votação tendo sido aprovada por **unanimidade**. -----

Pelos Membros da Assembleia Municipal **José Carlos Pires**, pela bancada da **CDU**, **José Falcão**, pela bancada do **BE** e **Luis Salmonete**, pela bancada do **PSD**, foram apresentadas declarações de voto que serão transcritas em ata. -----

José Falcão – *"A Eduarda Barros está sempre a referir a maioria, mas o azar é que não foi só o PS a ter votos, os odivelenses também votaram noutros partidos eu por exemplo individualmente tive mais votos do que a Eduarda Barros pelo método de Dont, e não venho para aqui dizer que tenho mais poder individualmente, isto não faz sentido."* -----



Assembleia Municipal de Odivelas

C
A
D.

Temos um município de vanguarda e ao contrário do que os outros fazem este município mesmo tendo conhecimento do perigo de derrocadas, continua a deixar construir e constroem-se moradias, fabuloso, isto devia ir para a trienal de arquitetura . Quantos metros quadrados são por cada moradia, gostaríamos de saber isso, e também gostaria como é que se impedem a derrocadas deste País.” -----

Luís Salmonete – “*Votámos favoravelmente esta moção a exemplo do que já fizemos algumas vezes, essencialmente por três razões: -----*

Em primeiro lugar porque queremos o 25 de Abril e um dos seus símbolos; -----

Em segundo lugar porque queremos que o Regimento se mantenha na Pontinha; -----

Em terceiro lugar porque queremos que o núcleo museológico permaneça no local original.” -----

Após este período, o **Senhor Presidente da Assembleia**, propôs ao plenário passar-se de imediato ao **Período de Intervenção do Público**, tendo sido **Aprovado por Unanimidade**.-----

-----PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

O **Senhor Presidente da Assembleia** informou todos os presentes que se registaram duas inscrições do público.-----

O Senhor **Joaquim Gonçalves Machorro**, tendo feito referência a questões relacionadas com o Bairro Casal do Bispo em Famões -----

A Senhora **Rosalina Moreira** – tendo sido chamada a mesma não compareceu.-----

Após este período, o **Senhor Presidente** deu início à discussão dos Pontos integrados na Ordem do Dia acima melhor discriminada. -----

Ponto 1 - Proposta de Atribuição de Condecorações Municipais - Medalhas de Honra do Município. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Presente para deliberação, a Proposta de Atribuição de Condecorações Municipais - Medalhas de Honra do Município de Odivelas, de acordo com a proposta nº13/PRES/2013, que se dá como reproduzida na pasta da presente reunião.-----

O **Senhor Presidente da Assembleia**, colocou o documento à votação por escrutínio secreto tendo sido:
A proposta de Atribuição de Condecorações da Medalha de Honra do Município a Título póstumo a **José Francisco Guerreiro**, aprovada **por maioria** com **33** votos a favor e 2 votos contra. -----

A proposta de Atribuição de Condecorações Municipais da Medalha de Honra do Município a -----
- **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP** – aprovada por maioria com 32 votos a favor 1 contra e 2 votos nulos -----
- **Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco – CNPCJR** – aprovada por unanimidade -----
- **Instituto Superior de Ciências Educativas – ISCE** – aprovada por maioria, com 32 votos a favor e 3 votos contra -----

PONTO 2 - Proposta de Desafetação do Domínio Público para o Domínio Privado do Município de Odivelas de uma parcela de terreno com a área de 1400 m2 - Alvará de Loteamento n.º 1/2001.-----

Presente para deliberação, a" Proposta de Desafetação do Domínio Público para o Domínio Privado do Município de Odivelas de uma parcela de terreno com a área de 1400 m2 - Alvará de Loteamento n.º 1/2001 de acordo com a informação nº Interno/2013/8513 de 2013.09.16, remetida pela Sr.ª Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal, aprovada na 18ª Reunião Ordinária de 2013, da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 25.09.2013, e que se dá como reproduzida na pasta da presente reunião.-----

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra à **Senhora Presidente da Câmara Municipal** para apresentação do referido ponto.-----

No âmbito da discussão do ponto, usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal:---



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]

Lídia Mateus, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve. -----

"No que respeita a este ponto da ordem de trabalhos, e tendo a bancada da CDU analisado a documentação de apoio distribuída para análise, não poderíamos deixar de, neste fórum, apresentar alguns pontos que urgem esclarecer. -----

A existência de um domínio público encontra-se consagrada no art.º 84.º da Constituição da República Portuguesa. -----

Entende-se por domínio público o conjunto de coisas"(...) submetidas por lei ao domínio de uma pessoa coletiva de direito público e subtraídas ao comércio jurídico privado em razão da sua primacial utilidade coletiva.(...)" Marcello Caetano, Manual de Direito Administrativo. -----

*A integração de determinados bens no domínio público, justifica-se pelo facto de tais bens constituírem meios de os entes públicos titulares do domínio prosseguirem as suas atribuições, neste caso a autarquia. --
-Por serem bens subtraídos ao comércio jurídico, os bens do domínio público são inalienáveis, imprescritíveis, impenhoráveis e inexpropriáveis. -----*

Estes bens, por integrarem o domínio público (com vista por ex. aos equipamentos sociais e de utilidade pública ou a espaços de usufruto da população), encontram-se fora do comércio e não podem ser objeto de direitos privados. -----

A autarquia fica assim, vinculada à realização do fim de utilidade pública nessa parcela de terreno. -----

É esta a questão de princípio. -----

Urge então perguntar... se esta operação cumpre com este objetivo de defesa do património público e a promoção do bem comum, ou será, ao invés, uma operação que poderá potenciar o benefício exclusivo dos privados, operadores económicos interessados nesta parcela de terreno com considerável potencial de construção. (trata-se de uma parcela de terreno localizada entre as Colinas do Cruzeiro e a Arroja). -----

Esta é uma opção política que no nosso ponto de vista, merece, pela sua importância, ser debatida com seriedade e em consciência. -----

Na informação interna do Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico é dito que: -----

"Com esta desafetação, pretende-se possibilitar o desenvolvimento de uma operação urbanística que enquadre uma resolução para as questões originadas pela derrocada do muro de contenção existente na Rua Augusto da Cunha Lamas, promovendo ao mesmo tempo uma solução que remate aquele tecido urbano com a sua envolvente e que contemple a definição dos acessos às garagens dos lotes localizados a norte da parcela, podendo para tal, vir a equacionar uma solução conjunta com privados, por forma a reduzir as questões de financiamento intrínsecas a este tipo de intervenção, por parte da câmara municipal." -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]

Desafiam-se os presentes a tentar explicar este parágrafo da proposta do técnico. -----

Merecendo-me todo o respeito para sua independência técnica, este parágrafo parece-me no mínimo críptico. -----

Senão vejamos: -----

- *Se a sua área envolvente está totalmente urbanizada, que solução de remate é esta que o Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico quer apresentar? -----*
- *"Equacionar uma solução conjunta com privados"? Se, se trata de uma desafetação para o domínio privado, que intervenção e poder de influência terá a Câmara depois desta operação...parece-nos bastante reduzida, para não dizer nula...-----*
- *"por forma a reduzir as questões de financiamento intrínsecas a este tipo de intervenção" As questões de financiamento não competem em primeira linha ao construtor do muro de contenção, que questões de financiamento se querem aqui referir? -----*

Mas mais importante ainda -----

- *Esta operação cumpre o princípio de interesse público -----*
- *A resolução das questões originadas pela derrocada do muro de contenção terá como única resposta possível a "entrega" de domínio público aos privados? -----*
- *É compreensível que um muro construído há 3 ou 4 anos, tenha já sofrido várias derrocadas? -----*
- *Os responsáveis pela construção do muro de contenção foram chamados a assumir a sua responsabilidade? Se foram chamados e se os devidos seguros foram acionados não se entende porque será agora necessário equacionar uma solução que entregue aos privados áreas do domínio público para se reduzirem as questões de financiamento da Câmara Municipal. -----*
- *A Câmara sequer acompanhou os trabalhos de construção deste muro de forma a assegurar que o mesmo era concluído em cumprimento das regras de segurança exigíveis? -----*
-Esta parcela de terreno converge em qualquer altura com o muro que se pretende recuperar? -----

Estas e outras questões deverão ser, em nosso entender, respondidas de forma clara e concisa para que todos possamos votar este ponto em consciência, de forma esclarecida e certos de que, com esta decisão, se está a defender e a promover a defesa dos interesses de todos os Odivelenses. -----

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi dada a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara para prestar os devidos esclarecimentos. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]

Pela Sr.^a Presidente da Câmara foi pedido ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para que fosse dada a palavra ao Sr. Vereador Paulo César, para prestar esclarecimentos suplementares. -----

Retomada a discussão usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

Presidente da União de Freguesias da Ramada Caneças, **Ilídio Ferreira**, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

"É respondido que a questão da legalidade está resolvida, não, não está, não vem nenhum argumento legal que resolva o problema, vem simplesmente vontade política para resolver o problema, que das duas uma, ou é do interesse público, ou do interesse privado, se é do interesse público, não tem de passar a privado, se é do interesse privado, não há legalidade possível". -----

José Falcão, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

"Quatro coisas que eu aqui queria referir e gostei muito de ouvir. -----

Primeiro A Câmara veio aqui com coisas fundamentadas. -----

Segunda o Paulo, veio na mesma Linha. -----

Terceira azar da Susana, porque a Lídia apresentou as coisas como devia ter apresentado, sorte da Assembleia que tem pessoas que dizem as coisas como deve ser. -----

Quarta dizer mais uma vez, e depois falam das cassetes da CDU, porque na Câmara a CDU votou a favor, porque não fez o mesmo na Assembleia, depois vem uma pessoa nova (vereador Paulo César) dizer que nós não estamos a ser sérios, francamente Paulo são argumentos paternalistas e falsos, porque da parte da Câmara é que não tem havido seriedade em muitos aspetos". -----

Edgar Valles, pela bancada do **PS** -----

Luis Salmonete, pela bancada do **PSD**, -----

Presidente da União de Freguesias Ramada/Caneças, **Ilídio Ferreira**, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve -----

"Tendo o Deputado Edgar Valles formação jurídica, espero também que tenha lealdade política. -----

Se não tivéssemos a dúvida da legalidade desta operação, não tomaríamos esta posição, não é nosso hábito fazer chicana política, não é nossos hábito lançamos dúvidas sobre ninguém, mas é nossos hábito defender a legalidade, não é por acaso que a CDU colocou em tribunal vários processos. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]

Esta questão do domínio privado e domínio público tem muito que se lhe diga, a nossa posição é esta, defesa da legalidade e mais nada". -----

Fernando Ferreira, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

"Não consegui entender esta proposta que vem da Câmara, e é-me sempre difícil votar uma coisa que não está bem esclarecida. -----

Queria que o executivo Municipal me esclarecesse o que vai fazer ali naquele espaço." -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia** foi dada a palavra à **Sr.ª Presidente da Câmara** para prestar os devidos esclarecimentos. -----

"Não estamos a fazer nada contra a lei, tem a ver com a criação de um conjunto de vivendas geminadas que obedece obviamente ao nosso PDM e ao mesmo tempo estas vivendas permitem tentar conciliar o desnivelamento de quota, desnivelamento esse que permitirá resolver problemas ao bairro, porque faz o remate com esta zona e a questão da segurança pública e proteção, este processo estará sempre disponível no departamento urbanístico para todos os senhores deputados que queiram acompanhar todos os desenvolvimentos sobre este assunto." -----

Retomada a discussão usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

"Esta discussão é o exemplo do que deve ser mesmo a democracia, diz a Sr.ª Presidente e as bancadas que a apoiam, que isto já foi votado na Câmara razão pela qual nem se deveria aqui discutir, não é assim, não é a Sr.ª Presidente vir aqui dizer que podem consultar os processos, no fim de eles estarem chancelados em termos políticos, é discuti-los previamente e aqui a discussão nem é sequer técnico jurídica, temos uma assembleia cheia de juristas, a câmara e a assembleia cheia de apoios jurídicos, mas a decisão é política, e se a democracia renasce em cada mandato o órgão deliberativo por excelência que é aquele que nós compomos deve exercer as suas funções, fiscalização das ações da Câmara e é isso que deve fazer. -----

Quando se pergunta uma vez votado este ponto que vai ser feito nesta parcela, é respondido primeiro com algum incómodo e depois fica-se a saber que é uma operação urbanísticas, com algumas vivendas, e esta é a questão de fundo. Já ouvimos aqui o Dr. Edgar Valles dizer que não está devidamente habilitado com



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten signatures)

informação do ponto para votar, sejamos consequentes, das duas uma ou isto é para votar com cordão umbilical, com a correia de transmissão da Câmara, e vamos votar não interessa o quê a câmara votou nós acreditamos e confiamos e votamos, mas se não temos a informação total nós não votamos, perguntamos e uma vez dadas as respostas nós fazemos as opções políticas, porque este é um órgão político, não é um tribunal para os juristas virem aqui mostrar se sabem ou não sabem ler a Constituição ou lerem as questões jurídicas, de facto este é um órgão político e as opções que se fazem são políticas, queremos nós politicamente negociar território público em operações urbanísticas, cedendo ao privado a troco da sustentação de um muro que deveria ter sido construído quando fez a urbanização, que deveria ter uma caução, que deveria assumir as despesas, mas que se esqueceu, e a Câmara em 2000 liderada pelo PS se esqueceu de fiscalizar, e agora temos um problema para resolver e há gastos para fazer, então vamos fazer aqui uma PPP de um muro é a inovação em Odivelas, PPP para muros, damos 1400m e vocês fazem um Muro. -----

Meus senhores, ou nós queremos exercer as nossas funções como de fiscalização política e dizemos, não chega, ou então vimos aqui com a correia de transmissão da Câmara e votamos, porque a Câmara também votou. -----

Lembremos esta é uma deliberação da anterior Câmara, nem sequer é da atual, e portanto, há aqui uma continuidade dos órgãos, não há a vacatura, de facto não há, mas pode-se questionar, não houvesse este debate levantado pela bancada da CDU e todos iram votar favoravelmente, se calhar sem saber o que iria acontecer, alvissaras, já sabemos que vão ser construídas uma vivendas, não é depois de se votar que se vai ao departamento analisar o projeto, porque a questão de fundo é o que se faz ao terreno depois o que se vai lá fazer nem sequer vem cá, os projetos que estão no urbanismo, nem sequer vêm cá, o que vem cá é isto, e eu desafio os Deputados que consideraram que não têm elementos para votar sejam consequentes, não há condições para votar o ponto".-----

Edgar Valles, pela bancada do PS -----

Luis Salmonete, pela bancada do PSD -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia** foi dada a palavra à **Sr.ª Presidente da Câmara** para prestar os devidos esclarecimentos.-----

Pela **Sr.ª Presidente da Câmara** foi solicitado ao **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, para que fosse dada a palavra ao **Sr. Vereador Paulo César**, para prestar esclarecimentos suplementares.-----

Pelas **23h40**, os trabalhos foram interrompidos. -----

Pelas **23h50**, os trabalhos foram retomados. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

P
A
D.

Retomada a discussão usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**, apresentou uma proposta para a retirada do ponto, por não estar devidamente instruído. -----

"Cada um de nós representa os munícipes que nos elegeram, cada um de nós tem um mandato unipessoal, nós não temos mandatos partidários, temos mandatos unipessoais, cada voto nosso é um voto unipessoal e isto tem uma consequência direta quando esta Assembleia vota um documento não vota um órgão em abstrato vota cada um de nós, quando e se houver alguma responsabilidade por via dessa votação, a responsabilidade não é de um órgão em abstrato não é uma responsabilidade coletiva é uma responsabilidade pessoal, cada um de nós vota, cada um de nós responde por esse voto. Gostava de recordar um episódio de Lisboa, a troca de terrenos de Entre Campos a Feira Popular e o Parque Mayer, foi votada na Assembleia Municipal de Lisboa, todos os Deputados Municipais que votaram favoravelmente, são hoje questionados do ponto de vista político, mas sobretudo do ponto de vista da responsabilidade criminal daquela troca, isto é importante nós termos presente, porque às vezes acreditamos confiamos, mas a votação unipessoal e a responsabilidade pessoal de cada um de nós, não é com base em crenças nem em confianças é uma responsabilidade nossa. Nós vamos votar a passagem de uma parcela do domínio público para o domínio privado da Câmara e a partir do momento em que cada um de nós na Assembleia votar unipessoalmente a favor é responsável por essa transferência, se alguma vez vier a ser apurado que esta transferência é ilegal, e que não está devidamente instruída, votada e explicado que o interesse público não foi respeitado não vai ser uma Assembleia em abstrato que responde, é o a, b, c, ou d, mesmo que daqui a quatro, cinco ou dez anos, já não seja deputado da Assembleia. -----

Posto isto a bancada da CDU considera que este ponto não está devidamente instruído, para ser hoje votado, propondo por isso que o mesmo seja retirado para ser devidamente instruído e assim ser votado em consciência esta é uma proposta que pode ser devidamente formalizada para a mesa." -----

Eduarda Barros pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração voto -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia** foi dada a palavra à **Sr.ª Presidente da Câmara** para prestar os devidos esclarecimentos. -----

O **Senhor Presidente da Assembleia**, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Maioria**, com os votos a favor das bancadas do **PS** e **PSD**, votos contra da bancada da **CDU**, e **BE**. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

(Handwritten signatures)

Pelos Membros da Assembleia Municipal, **Eduarda Barros, Lúcia Lemos e Luis Salmonete**, pelas bancadas do **PS, CDU e PSD**, respetivamente foram apresentadas declarações de voto que seguidamente se transcrevem; -----

Eduarda Barros – “A CDU o que aqui nos trouxe, foi mais ou menos o discurso da ameaça do Tribunal Constitucional, ou seja a CDU achando que nós não sabemos quais são as nossas funções, vem fazer ameaças com a crise, porque agora é uma coisa que está na moda. -----
Queria dizer ainda duas coisas em primeiro lugar que a noção de serviço público que o PS entende é seguramente muito diferente da noção de serviço público que a CDU defende, e a segunda é que nós temos uma ideia muito diferente do que a que o Estado Novo defendia, que cada cidadão era um aldrabão, que é a mesma da CDU, a fiscalização é chamar um polícia mau e fiscalizamos todas as vírgulas da Câmara, não vá estar alguma mal colocada, não é assim, nós fomos eleitos, e pelos vistos os cidadãos de Odivelas continuam a confiar em nós, o apocalipse talvez chegue um dia, como diz o Sr. Deputado Luís Salmonete talvez estejamos perto, mas os amanhã que cantam também já tiveram melhores dias.” -----

Lúcia Lemos, pela bancada da CDU, -----

“Esta discussão é o exemplo do que deve ser mesmo a democracia, diz a Sr.ª Presidente e as bancadas que a apoiam, que isto já foi votado na Câmara razão pela qual nem se deveria aqui discutir, não é assim, não é a Sr.ª Presidente vir aqui dizer que podem consultar os processos, no fim de eles estarem chancelados em termos políticos, é discuti-los previamente e aqui a discussão nem é sequer técnico jurídica, temos uma assembleia cheia de juristas, a câmara e a assembleia cheia de apoios jurídicos, mas a decisão é política, e se a democracia renasce em cada mandato o órgão deliberativo por excelência que é aquele que nós compomos deve exercer as suas funções, fiscalização das ações da Câmara e é isso que deve fazer. -----

Quando se pergunta uma vez votado este ponto que vai ser feito nesta parcela, é respondido primeiro com algum incómodo e depois fica-se a saber que é uma operação urbanísticas, com algumas vivendas, e esta é a questão de fundo. Já ouvimos aqui o Dr. Edgar Valles dizer que não está devidamente habilitado com informação do ponto para votar, sejamos consequentes, das duas uma ou isto é para votar com cordão umbilical, com a correia de transmissão da Câmara, e vamos votar não interessa o quê a câmara votou nós acreditamos e confiamos e votamos, mas se não temos a informação total nós não votamos, perguntamos e uma vez dadas as respostas nós fazemos as opções políticas, porque este é um órgão político, não é um tribunal para os juristas virem aqui mostrar.” -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Luís Salmonete – “A Bancada do PSD votou favoravelmente este ponto da Ordem de Trabalhos após as explicações que foram dadas pelo executivo de que o processo está conforme a Lei, apesar de pensarmos que o mesmo não foi instruído de forma a ser compreendido inequivocamente pelos membros da Assembleia Municipal.” -----

Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi colocado à consideração do plenário discutir os pontos 3, 4,5,6,7 da presente Ordem de Trabalhos, na próxima Reunião Extraordinária do Quadriénio 2013-2017, no próximo dia 21 de Novembro, pelas 14h00, tendo **Aprovado por Unanimidade**, estando desde já todos os presentes devidamente convocados. -----

Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente** declarou encerrada definitivamente a Sessão pelas 00h20, dela se tendo lavrado Minuta, a qual, depois de lida pelo 1.º Secretário e aprovada pela Assembleia, foi assinada pelo 1.º Secretário, pelo 2.º Secretário e pelo Senhor Presidente. -----

O Senhor Presidente

O 1º Secretário

O 2º Secretário